

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: CONCEITOS E ATITUDES NA PREVENÇÃO DE ATITUDES VIOLENTAS

Elli Leonilda Beije Burzi¹

Prof. Dr. Jorge Armindo Sell²

RESUMO: A violência nas escolas é um assunto muito debatido nos dias atuais, pois muitas escolas brasileiras deixaram de ser um local de segurança e passaram a ser vistas como uma área de risco em algumas comunidades. Além disso, é frequente o número de reportagens pela mídia sobre violência na escola, principalmente em escolas da rede públicas. Dessa forma, o objetivo deste artigo é contribuir para os estudos a respeito das relações que se estabelecem entre violência e escola no olhar dos autores, refletindo sobre a importância de buscar uma educação voltada para a paz e para uma cultura da não-violência. A organização da pesquisa e da fundamentação teórica deu-se a partir de estudos bibliográficos para aprofundamento do tema levando em consideração as contribuições de autores que discutem a violência no cotidiano da escola e trazem abordagens voltadas para algumas violências. O artigo pretende apontar que a violência é percebida nas dimensões física, moral e simbólica encontradas na literatura e que predominam no contexto escolar, onde a participação de toda sociedade na busca por uma educação de qualidade se mostrou o melhor caminho, assim como na prevenção de tal prática.

Palavras-chave: Violência. Escola pública. Estratégias pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

A violência escolar é um fenômeno de longa data, e apresenta características e peculiaridades de cada época. Seu crescimento com o decorrer dos anos fez com que a violência passasse a ser objeto de reflexão e tratada por algumas políticas públicas como um grave problema social.

Dentre as muitas transformações, a violência tem sido associada ao surgimento de armas nas instituições de ensino, ao aumento do uso de drogas e a existências de gangues que influenciam negativamente a rotina desses espaços. A escola deixou de ser um local seguro, de proteção ao estudante, pois seus arredores deixaram também de serem vistos como áreas protegidas e preservadas, devido ao crescimento da violência urbana.

¹ Aluna do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Diversidade pelo IFSC - Campus Canoinhas – SC. Licenciada em Pedagogia Plena pela Universidade do Contestado-UNC. E-mail: elliburzi22@gmail.com.

² Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e Diversidade pelo IFSC - Campus Canoinhas – SC.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo geral apresentar uma investigação sobre a violência escolar abordando os tipos de violência, as causas e consequências advindas destas, além de encaminhamentos pedagógicos e prevenções, buscando respaldo na visão de autores que tratam sobre a importância de se oferecer nas unidades escolares um espaço de paz e convívio social harmônico entre os educandos.

A pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica e desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: conceituar a violência e seus tipos; identificar as causas da violência escolar e conhecer os principais desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar, onde a pesquisa em livros, artigos e documentos referentes a temática se apresentaram como uma etapa fundamental para todo trabalho de pesquisa e influenciaram todas as etapas da referida pesquisa; contribuir para os estudos a respeito das relações que se estabelecem entre violência e escola no olhar dos autores, refletindo sobre a importância de buscar uma educação voltada para a paz e não para a violência, a qual envolve também uma cultura dos Direitos Humanos, sendo uma condição para uma cultura da paz, pois se tivéssemos em nossa sociedade uma cultura dos Direitos Humanos, a violência não seria um fenômeno tão frequente.

Vale ressaltar ainda que as publicações recentes têm focado diferentes aspectos da violência, onde uma breve síntese será realizada abaixo, na qual irá reunir e discutir contribuições já feitas por outros autores sobre a problemática.

Em nosso país segundo o Atlas da Violência (2020) os homicídios ainda são a principal causa de mortalidade de jovens com idades entre 15 e 29 anos. Esses dados nos mostram o lado mais perverso do fenômeno da mortalidade violenta no país, sendo que mais da metade das vítimas são indivíduos em formação educacional, com muitas perspectivas para iniciar uma trajetória profissional e construir uma família, além de possuírem em grande maioria uma plena capacidade produtiva, os quais são tristemente interrompidos precocemente.

O documento diz que foram “ 30.873 jovens vítimas de homicídios no ano de 2018, o que significa uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, e 53,3% do total de homicídios do país”. (ATLAS,2020, p.20). Estes índices nos levam a perceber a relevância deste estudo, uma vez que a violência vem aumentando de maneira desenfreada dentro e fora de escolas, assumindo

diversas formas, e que suas consequências são profundas para as vítimas, que como parte da sociedade, impactam no desenvolvimento e futuro do país.

Portanto, examina-se a violência como um obstáculo que nossa sociedade precisa compreender para que se alcance uma cultura de respeito à pessoa, visto que a violência evidencia muitas falhas na educação em direitos humanos.

O trabalho apresenta inicialmente na introdução os conceitos de violência segundo autores que abordam a problemática, tais como Abramovay e Rua (2002), Priotto (2009), Castro et al (2011), Lopes (2011) e Menezes (2007). Abrange os tipos de violência, a violência escolar, além de refletir sobre o conceito de violência contra a mulher de modo a tomar lições para ampliar o conceito de “violência na escola” e as estratégias possíveis que podem ser utilizadas para reduzir tais índices.

Analisar a problemática da violência com o enfoque conceitual, é necessário que primeiramente se compreenda o que é a violência e como esta se configura dentro e fora do espaço escolar, além de destacar o papel da escola frente a rede de atendimento à mulher na busca por uma sociedade mais igualitária e justa entre os gêneros, possibilitando a desconstrução de culturas machistas que contribuem para a perpetuação da sobreposição do gênero masculino ao feminino. O estudo pontuou quais fatores contribuem para a existência de práticas violentas nos espaços escolares e quais são as possíveis ações que podem minimizar este quadro dentro das instituições de ensino da rede pública.

O capítulo seguinte discorre sobre os sujeitos presentes no espaço escolar, notadamente os trabalhadores da educação, e as diferentes possibilidades que se abrem à prevenção da violência, a partir do momento em que se compreende de maneira mais ampla esse fenômeno.

As formas de reduzir a violência possíveis estratégias são demonstradas durante o estudo, permitindo ampliar os conhecimentos a partir de experiências positivas de outros países que apresentaram projetos e resultados bastante positivos na prevenção da violência.

Por fim, o terceiro e último capítulo foram apresentadas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas no estudo, destacando as ideias de autores os quais concordam que não existe uma única forma de acabar com

as práticas de violência, porém, algumas ações e estratégias podem ser favoráveis e capazes de prevenir e minimizar tais episódios e reduzir estes índices.

2. CONCEITUANDO A VIOLÊNCIA

Cada vez mais as escolas têm sido marcadas por diversas atitudes de violência, tais como agressões verbais, depredações do patrimônio escolar e até mesmo agressões físicas.

Para a Organização Mundial da Saúde a violência pode ser considerada como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação". (KRUG et al.,2002, p.5)

Cada vez mais a violência surge na realidade escolar e social como uma ameaça constante e que cresce de maneira assustadora. Abramovay e Rua (2002) ressaltam que "o que é caracterizado como violência varia em função da instituição escolar, do status de quem fala (professores, diretores, alunos, etc.), da idade e, provavelmente, do sexo". Os autores acreditam que a grande dificuldade está na compreensão e na análise da violência, mais especificamente da violência escolar, pois não existe um consenso sobre o significado de violência.

Os tipos de violência são classificados por Menezes (2017) como:

Tabela 1: Tipos de Violências

Tipos de violência	Características das agressões	Atos de violência
Violência física	Utilização a força física	Golpes Ferimentos Submissões físicas (puxões, empurrões, imobilização, etc.)
Violência psicológica	Opressão psicológica	Ameaças Humilhações Intimidações

Violência moral	Opressão ou exposição da pessoa	Difamações Calúnias Chantagens
Violência sexual	Imposição de cunho sexual sem consentimento	Abusos Assédio Estupro Exposição da nudez
Violência econômica	Subtração de bens ou imposição de dependência econômica	Retenção de bens ou capital Roubo Furto
Violência social	Repressão ou opressão de grupos minoritários	Discriminação Segregação Intolerância

Fonte: Menezes (2017)

Para Abramovay (2005, p. 53) apresentar um conceito de violência exige um certo cuidado, isso porque ela é “inegavelmente, algo dinâmico e mutável. Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam”.

Pode-se definir violência escolar como qualquer ato ou ação de violência, comportamentos agressivos, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminação, dentre outros praticados entre a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares) no ambiente escolar. (PRIOTTO,2009). Desta forma torna-se importante discutir aqui que a violência tem relação direta com o poder, pois muitas vezes os detentores do poder (professores, diretores, equipe pedagógica) também agem com violência.

Esses atos de violências podem ser caracterizados por homicídios, suicídios, roubos, assaltos, ferimentos, espancamentos, agressões sexuais, porte de armas, uso de drogas, desacatos, intimidação, *bullying*, entre outros e que podem acontecer dentro e fora das escolas.

Segundo Castro et al (2011, p.1.055):

A violência não se restringe a agressões, inclui qualquer ato sobre a vida das pessoas e as regras de convívio. Ela interfere na sociedade,

prejudica a qualidade das relações sociais, desgasta a qualidade de vida das pessoas e culmina em sofrimento.

Assim, é comum nos depararmos com diversas manifestações de violência no cotidiano escolar, tais como o uso de drogas e o *Bullying*, os quais causam problemas graves em todos os cenários, principalmente no âmbito escolar.

Para Lopes (2011) o problema de *Bullying* e de outras formas de violência nas escolas está diretamente ligado à desestruturação familiar ou a educação permissiva demais.

A interpretação do autor poderia ser considerada “conservadora”, ou “acrítica” demais, pois não leva em conta que a violência vai além de pais “educarem bem e mal”, ou das crianças serem “obedientes ou desobedientes”. O fato é: se a sociedade aceita a violência em programas de TV, em discursos de políticos, por exemplo, é possível que isso leve as pessoas a aceitar práticas violentas como “normais”.

Lopes (2011) trata o problema da violência na escola como um mero problema de delinquência juvenil, o que é equivocado, pois existem diferentes formas de violência e que são vivenciadas diariamente no mundo inteiro, manifestadas no preconceito, nas agressões físicas e verbais, no bullying, na homofobia na violência contra a mulher, criança, adolescente, idoso, etc.

De acordo com o Atlas da Violência (2020) a violência está também diretamente relacionada com a mudança no modelo de segurança pública, planejamento, orientação por resultados, qualificação do trabalho policial e ações preventivas no campo social.

A violência acontece quando alguém ou um grupo de pessoas utiliza de maneira intencional a força física agredindo, ameaçando ou privando outras pessoas de sua liberdade, causando algum dano psicológico, emocional, lesão física ou até a morte.

Entretanto, ao definir a violência, a literatura busca conceituá-la de maneira mais abrangente, ou seja, enfatiza também roubos, assaltos, suicídios, espancamentos, homicídios e inclusive agressão sexual, ao invés de relacioná-la apenas com atos que causam danos físicos ao indivíduo ou ao grupo e também contra si mesmo.

Marra (2007) aponta a influência da mídia como influenciadora indireta da violência, e que segundo a autora pode contribuir para que a criança reproduza atos ou ações violentas. “Isso acontece quando se vê na televisão cenas de criminalidade (em novelas), de forma empolgante, com distorções significativas da realidade ou nos jogos de videogames, violências e lutas”, colaborando para que a violência passe a ser vista com naturalidade. (SOUZA, 2009, p. 127).

Uma pesquisa do Grupo Caixa Seguros (2006), realizada para identificar os fatores que deixam os jovens mais vulneráveis à violência, mostrou que 50,2% dos jovens que cometem agressões também já sofreram algum tipo de violência, ou seja, eles reproduzem na escola e com os outros as agressões das quais foram vítimas.

Ou seja, as consequências dessas ações violentas podem ser irreparáveis, tanto para a formação social e psicológica da criança, como para sua vida escolar. Assim, valorizar a promoção da reflexão, através de conteúdos relativos a direitos humanos e na criação de programas educacionais que disseminem valores éticos, campanhas educativas, etc. é fundamental.

Desse modo, se destaca o papel da escola frente a rede de atendimento à mulher, pois o seu fortalecimento depende das escolas na luta por uma sociedade mais igualitária e justa entre os gêneros, possibilitando a desconstrução de culturas machistas que contribuem para a perpetuação da sobreposição do gênero masculino ao feminino.

2.1 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A Violência Doméstica contra a Mulher (VDCM) tende a se manifestar dentro de uma repetição e de um ciclo vicioso, surgindo em um momento de tensão, desencadeando-se, até chegar ou não ao ápice da agressão física, seguida de um momento de apaziguamento, se reiniciando noutras ocasiões.

No que se refere a tipificação da violência doméstica contra a mulher, é importante lembrar que a coação, ameaças, xingamentos, destruição de pertences são também atos violentos e, portanto, este não se restringe somente à agressão física.

De acordo com a Lei 11.340/2006, Art. 7º, existem cinco os tipos de violência contra a mulher:

física - ofende a integridade ou saúde corporal; psicológica - dano emocional, diminuição da autoestima, degradação ou controle das ações, do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; sexual - constrangida a presenciar ou praticar relação sexual não desejada, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, entre outras; patrimonial - retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, documentos pessoais, entre outros; moral - qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.(BRASIL,2006)

Dessa forma, entende-se que a violência contra a mulher se trata de uma questão política, cultural, policial, jurídica e de saúde (BRASIL, 2011.p 22). Portanto, a Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres (2007) necessita do envolvimento dos diversos setores sociais, principalmente da Educação, para agirem em conjunto no enfrentamento desta problemática.

Se considerarmos seriamente as desigualdades socialmente condicionadas diante da escola e da cultura, somos obrigados a concluir que a equidade formal à qual obedece a todo sistema escolar é injusta de fato, e que, em toda sociedade onde se proclama ideais democráticos, ela protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta dos privilégios (BORDIEU,1998 p.53).

Frente a essa realidade, pode-se afirmar que o combate à violência se tornou um grande desafio para profissionais da área da educação, pois trata-se de um fenômeno típico e crescente na sociedade e dentro das instituições de ensino, se manifestando de várias formas e por diferentes motivos, tomando o espaço de paz e fraternidade no interior das escolas em todo o país.

2.2 A VIOLÊNCIA ESCOLAR

A violência nas instituições de ensino surge como uma das causas para o fracasso escolar, onde a evasão, a resistência em participar nas aulas de forma verbal, o medo de expressar sua opinião, entre outras perdas para a criança enquanto ser social acabam refletindo no seu desenvolvimento social, emocional e afetivo.

Para isso, a escola precisa se estruturar e reestruturar para suprir as necessidades educacionais, tendo em vista que o que ocorre nela terá repercussões para toda a sociedade e efeitos para toda a vida.

Observou-se maior proporção de comportamento violento entre estudantes cujos pais possuem relacionamentos insatisfatórios, sugerindo que o ambiente de convívio entre os membros familiares pode ser fator de risco, dependendo da disfunção da dinâmica familiar. Tem-se evidenciado a importância das relações familiares no desenvolvimento psicológico do estudante e a influência no funcionamento emocional e nas relações interpessoais dentro e fora da família. (CASTRO et al, 2011, p.1055)

Neste contexto, fica evidente que a relação familiar apresenta grande importância para que a criança se sinta segura física e emocionalmente.

As notícias e estudos realizados nos mostram a presença de ocorrências em várias regiões do país, alcançando cidades de médio porte, incluindo capitais e outros centros.

Essa realidade nos faz refletir que a escola tem uma importância decisiva para a sociabilidade. Então, se há violência frequente na escola, as consequências são vastas e duradouras. Ou seja, embora a violência não necessariamente tenha origem na escola, é importante examinar como ela ocorre na escola, tendo em vista suas consequências e o “lugar da escola na sociabilidade.

A violência escolar é uma questão séria, complexa e que merece um olhar cuidadoso e responsável. Castro (2011) parte do princípio que a violência está na sociedade e não apenas nas escolas, pois:

Tem-se evidenciado a importância das relações familiares no desenvolvimento psicológico do estudante e a influência no funcionamento emocional e nas relações interpessoais dentro e fora da família”. (CASTRO,2011, p.1.059)

Algumas instituições de ensino funcionam como prisões, onde atitudes autoritárias são frequentes para “manter a disciplina”; baseadas no que é proibido – ao invés de investirem na formação de cidadãos capazes de praticar formas democráticas de convivência, acabam reproduzindo um contexto potencialmente violento. Ou seja, atos de violência são também praticados dentro do ambiente escolar em algumas situações, na maioria das vezes por pessoas com mais poder institucional, o que não necessariamente é compatível com a concepção de escola (CASTRO, 2011).

Em relação as formas de violência, vale ressaltar que a psicológica e a moral são as mais difíceis de se perceber, pois não deixam hematomas e

desaparecem logo depois que os atos de violência são cometidos (por exemplo: o uso de um apelido ofensivo, uma forma de chamar a pessoa que a estigmatiza ou envergonha). Tais atos costumam vir por primeiro e podem desencadear em formas mais letais de violência. Percebê-las é uma forma de diagnosticar focos de violência logo no começo, melhorando seu enfrentamento.

Mas, o que se pode fazer enquanto professor quando ela surge?

Na tentativa de responder este questionamento e auxiliar os profissionais na busca por estratégias que minimizem esta problemática, bem como os danos causados pela mesma é que se objetiva o próximo capítulo.

2.3 REDUZINDO A VIOLÊNCIA: ESTRATÉGIAS E AÇÕES POSSÍVEIS.

Sabe-se que não existe uma fórmula capaz de acabar com as práticas de violência, porém, há algumas ações capazes de prevenir e minimizar tais episódios.

As escolas precisam ser reconhecidas pelos educandos e família como um espaço seguro, por essa razão, manter canais de comunicação e diálogo sempre abertos com os mesmos auxilia na construção de um vínculo de confiança entre ambas as instituições. Ao se sentirem seguros e acolhidos no ambiente escolar, família e alunos se sentirão mais confortáveis para buscar ajuda sempre que necessário³.

Candau (1999) destaca a importância do diálogo como forma de enfrentamento da questão da violência na escola. Segundo o autor deve-se voltar o trabalho pedagógico para construção de um cidadão dotado da capacidade de falar, onde o diálogo permite não somente a troca de ideias como também o esclarecimento de dúvidas, que podem solucionar problemas no ambiente escolar, onde ouvir antes de tomar qualquer decisão é fundamental.

O diálogo deve ser priorizado para que os estudantes se sintam compreendidos e parte desse processo. Porém, a mobilização precisa acontecer com todos, onde as normas precisam estar disponíveis e claras como forma de

³ Essa ação contribui para uma cultura democrática, de aceitação, tolerância e paz, que promove os Direitos Humanos na escola.

prevenir toda a comunidade escolar diante de comportamentos considerados inadequados ou desrespeitosos.

Alguns países investem na prevenção com programas escolares que atingem alunos e pais. Os Estados Unidos investem 4.500 dólares anuais por jovem infrator, sendo que toda a família recebe terapia multissistêmica. Os programas de prevenção realizados em escola costumam ter um custo menor e estão dentre os que mostram bons resultados nas avaliações realizadas naquele país (SHERMAN et al., 1997).

No projeto foram propostas atividades que buscavam melhorar a capacidade de empatia, de dar e receber cumprimentos, de perguntar e formular pedidos, além de observação do comportamento não verbal. (NEGREIROS, 2001).

Outro exemplo é o programa aplicado pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) que formulou e aplicou em 11 escolas públicas e particulares do município do Rio de Janeiro um trabalho para prevenção e redução do *bullying* durante um período de dois anos.

O programa promoveu “uma maior disseminação do conhecimento sobre *bullying* nas escolas envolvidas reduzindo o número de alunos-alvo e alunos-autores”. (LEITÃO, 2010, p.19)

Corroborando com as ideias do Programa acima se desenvolveu o Projeto pedagógico em uma escola particular de Teresina – Piauí, que buscou em sua essência trabalhar o tema de valores, procurando desenvolver o senso de respeito, justiça, solidariedade e responsabilidade social abordando questões práticas do cotidiano e confrontando-as com a realidade social excludente.

O projeto acredita que a aproximação da família com a escola seja indispensável neste processo, uma vez que a formação de valores tem origem e se consolida verdadeiramente na família. Segundo Candau (1999, p.35):

A família pode contribuir para aumentar ou minimizar os efeitos da violência com os filhos. Pois se os pais forem participativos e preocupados podem diminuir a violência, mas se forem do tipo que não ligam para ajudar seus filhos tudo pode está perdido, a violência voltará a prevalecer na rua e na escola

O projeto apresentou resultados muito promissores e que indicaram que toda ação pautada nos valores tem grande visibilidade e repercussão positiva, sendo percebida uma transformação no espaço escolar. Pode-se perceber entre os professores uma maior interação nas relações humanas de empatia, tolerância e maior envolvimento com os educandos. (LEITÃO,2010)

Portanto, é imprescindível que todos os envolvidos no contexto escolar, em especial os professores assumam um papel importante na prevenção e combate desse fenômeno, onde as suas ações podem refletir e ajudar na extinção dessa prática, visto que alguns casos acontecem até mesmo na presença do professor.

Ou seja, ser a favor de uma educação implica na formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, exigindo uma mudança cultural que só será possível através de um processo educativo, uma vez que:

a cultura de respeito à dignidade humana orienta-se para a mudança no sentido de eliminar tudo aquilo que está enraizado nas mentalidades por preconceitos, discriminação, não aceitação dos direitos de todos, não aceitação da diferença.” (BENEVIDES, 2007, p.3)

Ao surgir ou se deparar com alguma uma situação de violência em sala de aula o professor deve intervir e tomar as medidas necessárias, pois se ele se omite perante isso, está direta ou indiretamente incentivando o ato.

Destaca-se ainda o papel e a influência da família neste contexto, pois se o aluno convive com uma família estável, essas questões podem ser evitadas ou minimizadas, onde o combate à violência precisa ser desempenhado pela escola, mas não unicamente por ela. De alguma maneira, a família e demais envolvidos na educação dos discentes, fora da escola, precisam tomar parte nesse processo, refletindo sobre seu próprio papel.

2.4 SUJEITOS DA ESCOLA E AÇÕES PREVENTIVAS

Partindo do princípio de que a escola pública é considerada direito de todos e esperança daqueles que buscam uma vida digna com acesso ou inclusão social para o bom exercício da cidadania e para uma formação

significativa, é importante destacarmos o papel do professor no enfrentamento da violência e demais situações problemáticas que surgem no ambiente escolar.

A Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia apresenta em seu Art. 5º as aptidões do egresso do curso de Pedagogia, que buscam “promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade” (BRASIL, 2006, p. 2) e que podem ser utilizadas na prevenção dos casos de violência escolar, como:

Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras (BRASIL, 2006, p. 2).

Nesse sentido percebe-se a necessidade de a escola abrir espaço para o diálogo e parceria com entidades no sentido de criar projetos que contribuam para a permanência do aluno de forma correta nas escolas, tornando-se um ambiente favorável e de aprendizagem significativas que levará para o resto de sua vida.

No sentido de contribuir para as discussões acerca do uso e abuso de substâncias psicoativas, educação sexual e as violências, na ótica da educação e prevenção, é que foi fundado o Núcleo de Educação e Prevenção (NEPRE), sendo estruturado na Secretaria de Estado da Educação (NEPRE/SED), nas gerências (NEPRE/GEREDs) e nas Escolas da Rede Pública Estadual e que apresentou um panorama do uso da ferramenta NEPRE online , registrando 609 ocorrências de violências pelas escolas no ano de 2018, elevando para 1.083 casos no ano de 2019.

De acordo com o relatório o Município de Quilombo destaca-se com 44,4% de registros de ocorrências de violências no NEPRE online, São Lourenço do Oeste com 38,5%, Videira com 37,5%, Braço do Norte com 35% e Jaraguá do Sul, com 33,3%.

Instituído enquanto Política Estadual de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às violências na escola, o Núcleo atua de forma integrada e Inter

setorial em parceria com setores da saúde, justiça, segurança pública, assistência social, conselhos tutelares, ministério público e demais parceiros.

Nos relatórios apresentados pelo SISGESC-NEPRE online demonstram que a violência verbal é o tipo de violência que predomina nas unidades escolares no estado de Santa Catarina, seguida da violência física e, a perseguição/intimidação e a prática de bullying são outras duas expressões de violências recorrentes, além dessas outras formas de violências não identificadas (NEPRE,2019).

Algumas situações envolvendo atos violentos tem gerado indagações e preocupações tanto por parte da sociedade como por parte equipe pedagógica e principalmente dos educadores que na maioria das vezes não sabem como lidar com algumas situações, pois falta formação adequada de professores sobre o assunto. (NEPRE,2009)

Na maioria das vezes a violência escolar vem acompanhada de muitos fatores, e que podem provocar consequências irreversíveis na vida escolar do aluno e também no desenvolvimento de sua vida psicossocial. Assim, o estudante que sofre influência da violência seja no ambiente familiar, ou no meio social, tenderá a reproduzi-la no ambiente escolar.

Adolescentes de famílias de melhor situação socioeconômica e com defasagem escolar apresentam maior probabilidade de comportamentos de violência. Esse dado não se diferencia de levantamento sobre drogas realizado no contexto nacional e regional que verificou que os adolescentes de classes sociais de melhor situação econômica apresentaram maiores chances de problema de comportamento. (CASTRO et al, 2011, p.1059)

Vale destacar que a família é considerada por alguns autores, psicólogos e estudiosos deste assunto como a fonte de situações de violência, que atribuem a origem da violência nos rapazes a ausência de um pai ou pela presença de um pai violento. Situações como estas podem gerar um comportamento agressivo nas crianças e levá-las à violência quando adolescentes. Problemas matrimoniais, situações socioeconômica ou má organização do lar, também estão associadas a conduta agressiva de muitas crianças no ambiente escolar. (MEDINA,2018).

De acordo com os dados emitidos pelo relatório da NEPRE online (2018), a incivildade é apontada como o principal motivo da violência predominante nas

unidades escolares, seguida do vandalismo, preconceito por características biológica/física e pelas drogas.

Neste sentido, ressalta-se que “se a escola pública é a escola da esperança por dias melhores, é para ela que devemos concentrar nossos esforços de democratização com vistas a promover nela uma educação de qualidade”. (MARRA, 2007, p.65)

Existe, portanto, uma grande perplexidade da parte dos professores que, muitas vezes, ficam sem saber como resolver e prevenir os diversos conflitos que surgem no cotidiano escolar.

Se percebe que na maioria das vezes eles encontram dificuldades em lidar com as situações de conflito, assim como propiciar ao aluno experiências positivas de interação social construtiva, que favoreçam a sua formação ética e minimizem a violência na escola. (GONÇALVES et al,2005)

Nesse contexto são apresentadas algumas ações por parte da escola podem ser executadas:

- Promover palestras para a família sobre a caracterização da violência e formas de prevenção e extinção;
- Reuniões para a construção de um projeto de diagnóstico e prevenção das diversas formas de violência na Escola.
- Rodas de Conversas e discussões a partir dos relatos dos participantes;
- Atividades culturais (teatro, música, oficinas) relacionados a temática da violência na escola;
- Avaliações mensais do projeto. (CURY,2018)

Nessa perspectiva, a escola estará se materializando como um espaço de construção e formação integral dos educandos, onde os conhecimentos e competências afetivas, cognitivas e sociais se desenvolverão de maneira mais harmoniosa possível.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI nº 13.431/2017.

Com a intenção da não revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência criou-se a Lei 13.431 de 04 de abril de 2017 alterando a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da criança e adolescente)

Trata-se de uma lei que normatiza mecanismos para prevenir a violência contra menores, assim como estabelece medidas de proteção e procedimentos para tomada de depoimentos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 13, prescreve: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

No entanto, muitos profissionais se calam diante da imprensa e dos tribunais, ficando em silêncio. Outros acabam não denunciando, e isso se deve a muitos fatores, como a vergonha; o receio de represálias; a morosidade dos processos judiciais, o descrédito na justiça; enfim, é um assunto muito complexo e que acarreta em inúmeras consequências para ambas as partes.

Para que ocorram melhoras relevantes frente a essa problemática é necessário que a violência seja encarada com muita responsabilidade e lucidez, onde o diálogo, ações e projetos sejam priorizados e o bem-estar de todos seja realmente valorizado e respeitado. No que se refere ao campo da legalidade, sabemos que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF, art. 227 *apud* DIAS, 2002, p. 39).

Portanto, a escola deve notificar às autoridades casos de suspeita ou de ocorrência de violência, pois o custo desse silêncio para a vida social, emocional e psicológica destas crianças é alto e cabe a escola contribuir para que esses atos de violência sejam evitados, visto que muitas crianças jamais revelam as violências sofridas, e as carregam consigo pelo resto da vida.

Para Paro (2000) as políticas públicas devem estar:

[...] comprometidas com objetivos democráticos, constituintes de uma nova qualidade do ensino, não podem ignorar a necessidade de propor os meios adequados para a realização desses objetivos, dentre os quais se incluem mudanças na própria estrutura escolar, ou mesmo a instituição de uma estrutura didática e administrativa inteiramente nova. (PARO, 2000, p.25)

Pode-se dizer que os problemas de indisciplina e da violência são de todos nós. Assim, a busca por soluções também é de todos. As instituições escola, família e demais órgãos públicos precisam se unir e formar uma parceria cada vez mais intensa.

No que se refere a proteção e amparo à vítima se instituiu a Lei 13.431/2017, a qual estabelece o sistema de garantia de direito da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência criando o Depoimento Especial e a Escuta especializada:

O **Depoimento Especial** é realizado com a finalidade de se produzir provas no âmbito de um inquérito policial ou em uma ação penal que tramita ou na delegacia de polícia, ou no Ministério Público ou junto ao poder judiciário:

Depoimento especializado: procedimento realizado pelos órgãos investigativos de segurança pública, com a finalidade de coleta de evidências dos fatos ocorridos no âmbito de um processo investigatório e pelo sistema de Justiça para responsabilização judicial do suposto autor da violência. (BRASIL,2017)

Na **Escuta Especializada** a rede de proteção deve estar atenta e compreender qual é a função de cada um dos atores da rede de proteção para garantir os direitos das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência:

Escuta especializada é o procedimento realizado pelos órgãos da rede de proteção nos campos da educação, da saúde, da assistência social, da segurança pública e dos direitos humanos, com o objetivo de assegurar o acompanhamento da vítima em suas demandas, na perspectiva de superação das consequências da violação sofrida, inclusive no âmbito familiar. Deve-se limitar estritamente ao necessário para o cumprimento da finalidade de proteção. (BRASIL,2017)

Visando atender a lei e seus objetivos é que se criou o Decreto Federal 9.603/2018, o qual estabelece a obrigatoriedade da criação junto aos Conselhos Municipais dos direitos das crianças e adolescentes de um comitê gestor da rede local para o estabelecimento de fluxos, protocolos e para a capacitação de todos os atores para que compreendam o real significado da Escuta Especializada.

Ressalta-se que a mesma não possui a finalidade de produções de provas, mas sim de proteção da criança e realização dos encaminhamentos necessários.

Para isso, todos precisam ser capacitados para conseguir compreender o que é a revelação espontânea, suspeita de um abuso sexual ou qualquer outro

tipo de violência cometida contra a criança e adolescente e assim tomar as medidas cabíveis necessárias.

O encaminhamento do caso deve incluir o registro do atendimento realizado, o relato espontâneo da vítima e as informações eventualmente coletadas com os responsáveis ou acompanhante, evitando-se revitimização em decorrência da repetição dos fatos, especialmente no momento da tomada do depoimento especializado. (BRASIL,2018)

Desta forma, os Conselhos Municipais precisam provocar a iniciação em todos os municípios de Santa Catarina dos comitês gestores da rede para criação dos fluxos e protocolos locais para a escuta Especializada.

Agindo assim conseguirá manter um diálogo entre todos os órgãos responsáveis e evitará o processo de revitimação da criança e adolescente, poupando-a de relatar várias vezes o acontecido.

É o caso da Revelação Espontânea, a qual ocorre com pessoas que possuem vínculo com a criança ou adolescente, podendo acontecer a qualquer pessoa da instituição escolar ou outras instituições públicas:

A revelação espontânea pode ocorrer para qualquer trabalhadora ou trabalhador do SUAS, pois é realizada, geralmente, ao profissional com o qual a criança ou o adolescente possui vínculo mais significativo e sente confiança. Portanto, toda trabalhadora e todo trabalhador do SUAS deve estar preparado para observar sinais e acolher a revelação espontânea da criança e do adolescente que podem estar vivenciando situação de violência. Nesses casos, todo esforço deve ser empreendido no sentido de evitar a revitimização da criança ou do adolescente com escutas, procedimentos e encaminhamentos inadequados ou desnecessários. (SUAS,2005)

Ou seja, evitar ao máximo coagir, intimidar ou constranger a criança e adolescente vítima ou testemunha de violência é o principal objetivo da revelação espontânea, a qual exige a capacitação do maior número de profissionais da área, em especial nas instituições de ensino.

Não basta cuidar para que não aconteça, não basta punir os responsáveis se acontecer. É preciso cuidar dessa criança ou adolescente para que ela tenha condições de superar o impacto da violência, e possa seguir adiante no seu caminho pela vida. (BRASIL,2017, p.10)

Nesse contexto, tem-se a escola como a instituição que oferece o primeiro contato social para a criança, pois a mesma passa boa parte de seu tempo, tornando-a um local privilegiado para se trabalhar a prevenção da violência.

A educação, portanto, está inserida nesse processo enquanto política pública de atendimento à população, principalmente no atendimento de crianças e adolescentes, onde a escola ocupa um papel fundamental na prevenção e identificação da violência.

A escola pode constituir-se em um espaço de identificação de sinais de violência e/ou de revelação de situações de violência contra crianças e adolescentes. Os profissionais de educação devem estar atentos a alguns comportamentos que podem sinalizar que a criança ou adolescente tem sido vítima de violência. Quando a criança ou adolescente revelar atos de violência no espaço escolar, o membro da comunidade escolar deve acolher a criança ou adolescente, escutá-lo sem interrupções, com um mínimo de questionamento, informá-lo sobre o dever e os procedimentos da notificação às autoridades e sobre o fluxo de atendimento dos casos de violência existente no município. (BRASIL,2010)

Destaca-se, portanto, o papel dos professores e a necessidade de todos os demais trabalhadores da educação conhecerem o fluxo e protocolos a ser seguidos visando garantir uma maior agilidade, ética e compromisso no atendimento qualificado as crianças e jovens vítimas e testemunhas de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desta pesquisa nos mostram que a violência na escola surge de vários fatores como social, cultural e a ausência da família e que acabam favorecendo os atos de violência no ambiente escolar.

Destaca-se a relevância deste estudo na medida em que nos permitiu conhecer aspectos relevantes em relação a violência, sua prevalência e suas causas, das quais cita-se a violência verbal, que é o tipo de violência que predomina nas unidades escolares no estado de Santa Catarina, seguida da violência física e, a perseguição/intimidação e a prática de bullying são outras duas expressões de violências recorrentes, além dessas outras formas de violências não identificadas na pesquisa.

A partir das reflexões dos autores, “incluindo as lições tiradas da discussão sobre o conceito de violência contra as mulheres”, conclui-se que a violência é

percebida nas dimensões física, moral e simbólica encontradas na literatura e que predominam no contexto escolar, principalmente por aqueles adolescentes de famílias de melhor situação socioeconômica e com defasagem escolar apresentam maior probabilidade de comportamentos de violência segundo Castro (2011).

Assim, a formação continuada dos trabalhadores da educação para atuar junto a escola e família frente a essa problemática torna-se fundamental, uma vez que o conhecimento sobre a classificação dos tipos de violência é fundamental para que os estes sejam capazes de identificá-la, abrindo caminhos para a tomada de decisões e busca de possíveis soluções.

O diálogo é muito defendido pelos autores como forma de prevenção a atitudes de violência, pois acreditam que dar voz aos estudantes, e discutir com eles sobre suas expectativas é essencial para um bom relacionamento, participativo. Defende-se portanto, a construção de uma comunidade aberta a construir mecanismos e estratégias que amenizem a violência, abrindo espaço para participação dos pais e comunidade, favorecendo a construção de uma cultura voltada para a paz e não para a violência.

Assim, valorizar a promoção da reflexão, através de conteúdos relativos a direitos humanos e na criação de programas educacionais que disseminem valores éticos, campanhas educativas, etc. torna-se fundamental.

A violência, independentemente de sua forma tem representado um grave problema não só para a sociedade, como também para o ambiente escolar, principalmente na rede pública de ensino e em regiões menos favorecidas e com alto índice de pobreza. Nesse sentido, o papel da educação se mostra relevante na medida em que permite dar ênfase na prevenção, pois possui uma forte convicção de que tanto o comportamento violento quanto suas consequências poderão ser evitados ou minimizados.

Pode-se dizer que os objetivos do seguinte trabalho foram alcançados, na medida em que a pesquisa contribuirá para demais estudos futuros a respeito das relações que se estabelecem entre violência e escola no olhar de autores e estudiosos, além de servir de subsídio para educadores e acadêmicos ao refletirem sobre a importância de buscar uma educação voltada para a paz e não para a violência.

Neste contexto, considera-se que os problemas de violência escolar podem ser reduzidos com o trabalho do professor ao tomar as providências cabíveis e adequados para cada caso.

A busca de soluções para as problemáticas voltadas a violência deve ser algo frequente, pois para a efetivação de uma educação de qualidade é necessário que se tenha um ambiente agradável e seguro, que valorize e respeite as regras de relacionamento entre todos os que pertencem à comunidade escolar.

É importante que as escolas valorizem algumas experiências que vêm dando certo no mundo e no país e reconhecer que todas elas passaram pela vontade de agir, articulando os atores através de estratégias e técnicas com envolvimento coletivo, com ações possíveis de serem realizadas na prática, como é o caso do Projeto pedagógico de uma escola particular de Teresina – Piauí, o Programa aplicado pela ABRAPIA, além dos investimentos dos Estados Unidos em programas escolares de prevenção a violência os quais atingem alunos e pais.

Por fim, se conclui ainda que a escola sozinha não será capaz de resolver tal problemática, sendo necessário que a sociedade, família e a comunidade se unam para criar condições que visem amenizar a violência escolar, colaborando para a criação de um ambiente favorável para uma sociedade justa e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO no Brasil, 2005. 404 p. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001452/145265por.pdf>. Acesso em: 13 Mai. 2020.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas**. 2. ed. Brasília-DF: UNESCO, 2002.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. IPEA. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em 14 mar.2021.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?**.2007.Disponível em : http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf. Acesso em 14 mar.2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para o curso de Graduação em Pedagogia**. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL, **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS. Brasília, 2005.

_____. Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017. **Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/NOTA-TECNICA-N%C2%BA-1_2018_GTEC_CG.pdf. Acesso em: 26 de setembro de 2020.

_____. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: secretaria de políticas para as Mulheres, Brasília, DF, 2007.

_____. **Das lutas à lei: uma contribuição das mulheres à erradicação da violência**. Secretaria da Mulher. Org. Cristina Maria Buarque e Marlene Limbardoni. Recife: A Secretaria. 2011.

CAIXA SEGUROS. **Fatores determinantes da violência interpessoal entre jovens no DF**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.jovemdeexpressao.com.br/pdf/oquee/pesquisa/revista_atuacao_social.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CANDAU; Vera Maria (Org.). **Escola e violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CASTRO, Marta de Lima; CUNHA, Sergio Souza da; SOUZA, Delma P Oliveira de. **Comportamento de violência e fatores associados entre estudantes de Barra do Garças - MT**. Rev. Saúde Pública, São Paul , v. 45, n. 6, p. 1054-1061, Dec. 2011 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000600007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Mai. 2020.

CHALITA, Gabriel. **Pedagogia da amizade – bullying: o sofrimento das vítimas e dos agressores**. São Paulo: Gente, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Uma ideologia perversa**. Folha de São Paulo, Caderno Mais. 14/03/1999.Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/fof/brasil500/dc_1_4.htm Acesso em: 04 Mai. 2020.

CURY, Augusto. **Como lidar com a violência na escola?**[online].2018.Disponível em: <https://www.augustocury.com.br/>.Acesso em 12 mar.2021.

DIAS, Gilka da Mata (coord.). **Manual da Cidadania Para Educadores**. Natal/RN. AMPERN. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. SP: Atlas, 2002

GONÇALVES, M. PIOVESAN OM, LINK A, PRESTES LF, LISBOA JG. **Violência na escola, práticas educativas e formação do professor**. Cad Pesqui. [periódico na internet. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n126/a06n126.pdf> .Acesso em 12 mar.2021.

LEITÃO, C. **Elaborando um projeto local para enfrentar a violência na escola**. In: ASSIS, SG., CONSTANTINO, P., and AVANCI, JQ., orgs. Impactos da violência na escola: um diálogo com professores [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/ Editora FIOCRUZ, 2010, pp. 235-260. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/szv5t/pdf/assis-9788575413302-11.pdf>.Acesso em 14 mar.2021.

LOPES, José Norberto Callegari. **Especialista diz que bullying tem relação com falta delimitada na família**. Jornal A Cidade. 09 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/cidades/2011/04/09/especialista-diz-quebullying-tem-relacao-com-falta-de-limites-na-familia.html>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

MARRA, Célia Auxiliadora dos Santos. **Violência escolar: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola**. São Paulo: Annablume, 2007.

MEDINA, Vilma. **Causas da violência escolar**. Revista Guia Infantil. Abril.2018. Disponível em: <https://br.guiainfantil.com/violencia-escolar/46-causas-da-violenciaescolar.html#:~:text=Onde%20nasce%20a%20viol%C3%Aancia%20escolar,o%20lado%20pessoal&text=No%20terreno%20familiar%2C%20a%20origem,las%20%C3%A0%20viol%C3%Aancia%20quando%20adolescentes>.Acesso em: 05 jul.2020.

MENEZES, Pedro. **Tipos de violência**. Disponível em: <https://www.diferenca.com/tipos-de-violencia/>. Acesso em 11 jul. 2020.

NEPRE. **Núcleo de Educação e Prevenção (NEPRE)** [online].2018/2019. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/conselhos-foruns-e-nucleos/16999-nucleo-de-educacao-e-prevencao-nepre>. Acesso em 07 jan. 2021.

PRIOTTO, Elis Palma. **Práticas Educativas de Prevenção da Violência em 2009**. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE - III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 2009. Anais... Curitiba: Champagnat, 2009, p. 6068-6069. Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/comunicacoes_1.htm
>. Acesso em: 05 mai. 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino**. Revista Portuguesa de Educação, vol. 13, núm. 1, 2000, pp. 23-38. Universidade do Minho Braga, Portugal.[online] Disponível em: [Vitor Henrique Paro - Educacao para a democracia o elemento que falta tcc pos 3.pdf](#). Acesso em 05 fev. 2021.

SOUZA, Mirian Rodrigues de. **Violência nas escolas: causas e consequências**. Caderno Discente do Instituto Superior de Educação, Ano 2, n. 2, 2009.